



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ  
CAMPUS BARRAS  
CURSO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**

**LUCILENE RODRIGUES COELHO**

**O PAPEL DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: um estudo bibliográfico**

**BARRAS  
2025**

LUCILENE RODRIGUES COELHO

O PAPEL DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: um estudo bibliográfico

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Barras/Piauí

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Ma. Cintia Raianny Carneiro

**BARRAS**

**2025**

# O PAPEL DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: um estudo bibliográfico

Lucilene Rodrigues Coelho<sup>1</sup>  
Cintia Raianny Carneiro<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo analisa o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual, destacando suas múltiplas dimensões na construção de uma educação equitativa e humanizada. A pesquisa, de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamenta-se em obras de autores reconhecidos e documentos legais e institucionais, com o objetivo de compreender os princípios teóricos e práticos que orientam o AEE no contexto da educação básica. Busca-se identificar os principais entraves à efetivação da inclusão, bem como propor abordagens inovadoras para a implementação de práticas pedagógicas acessíveis, versáteis e centradas na singularidade dos alunos. Os resultados esperados incluem a ampliação da compreensão sobre o impacto do AEE no desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência intelectual, a identificação de elementos para práticas pedagógicas inclusivas e a análise crítica das políticas educacionais vigentes, propondo subsídios para a formação continuada dos profissionais da educação e o fortalecimento das políticas públicas.

**Palavras-chave:** atendimento educacional especializado; inclusão escolar; deficiência intelectual; práticas pedagógicas; políticas públicas.

## ABSTRACT

This study analyzes the role of Specialized Educational Assistance (SEA) in the school inclusion process of children with intellectual disabilities, highlighting its multiple dimensions in building equitable and humanized education. Based on bibliographic research with a qualitative and exploratory approach, the study uses works by recognized authors and legal and institutional documents to understand the theoretical and practical principles that guide SEA within basic education. It aims to identify the main obstacles faced in the implementation of 'inclusion, as well as to propose innovative approaches for accessible, versatile, and student-centered pedagogical practices. The expected results include expanding the understanding of SEA's impact on the integral development of students with intellectual disabilities,

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Especialização em Atendimento Educacional Especializado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Barras. lucilene.rodrigues2083@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará. cintiarcarneiro1@gmail.com.

identifying elements for inclusive pedagogical practices, and critically analyzing current educational policies. The study offers contributions to the continuing education of teaching professionals, the strengthening of public policies, and the advancement of the school's commitment to democracy, diversity, and inclusion, encouraging further research that promotes dialogue between theory and practice.

**Keywords:** Specialized Educational Assistance; school inclusion; intellectual disability; inclusive pedagogy; public policies.

Data de aprovação: 01/12/2025

## 1 INTRODUÇÃO

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996).

A inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual é um dos principais desafios das políticas públicas educacionais contemporâneas. No ensino fundamental, esses estudantes ainda enfrentam barreiras que dificultam sua permanência, aprendizagem e participação efetiva.

Superar tais obstáculos exige práticas pedagógicas fundamentadas, recursos adequados e uma cultura escolar que valorize a diversidade como princípio educativo. A legislação brasileira, como a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996, estabelece a educação especial como modalidade transversal, preferencialmente na rede regular de ensino.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão norteadora: Como o Atendimento Educacional Especializado contribui para a inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual na rede regular de ensino, segundo a literatura científica?

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual.

Tendo como objetivos específicos: 1) investigar como AEE é implementado nas escolas públicas; 2) identificar as principais barreiras pedagógicas, atitudinais e estruturais enfrentadas por esses alunos, e 3) propor estratégias pedagógicas inclusivas que contribuam para o aprimoramento das práticas escolares.

Dados do Censo Escolar 2023, divulgados pelo INEP, registraram mais de 360 mil matrículas de alunos com deficiência intelectual na rede regular. Dentre esses, cerca de 225 mil estão vinculados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que reforça sua relevância como estratégia de inclusão. A distribuição regional dessas matrículas revela desigualdades significativas.

Embora a legislação brasileira avance no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, a prática escolar ainda revela fragilidades. A falta de articulação entre o AEE e a sala regular demonstra que a inclusão não depende apenas de normas, mas de mudanças culturais e pedagógicas.

Dessa forma, realizar um estudo bibliográfico sobre o papel do AEE na inclusão de crianças com deficiência intelectual justifica-se pela relevância acadêmica, pedagógica e social da temática.

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa de caráter exploratório. Os critérios de seleção das fontes incluíram: Relevância dos autores na área da educação inclusiva; Atualidade das publicações; Pertinência ao tema do AEE e à deficiência intelectual; Presença em bases de dados reconhecidas e em documentos institucionais.

Foram consultadas obras de referência como Mantoan (2006), Sasaki (2005), Rodrigues (2013), Glat e Pletsch (2012), Bueno (2011) e Kassar (2014), além de legislações e diretrizes nacionais. O estudo respeita os princípios éticos da Resolução nº 510/2016 e segue as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Espera-se que este estudo amplie as reflexões acerca da educação inclusiva no Brasil e ofereça subsídios para a construção de práticas mais efetivas, humanizadas e transformadoras.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

## 2.1 Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual

A educação inclusiva tem se consolidado como eixo central das políticas educacionais contemporâneas, exigindo dos profissionais da educação uma reformulação das práticas pedagógicas para garantir o acesso, a participação e o desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual no ambiente escolar regular (Mantoan, 2006; Brasil, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça a integração do Atendimento Educacional Especializado (AEE) à proposta pedagógica da escola, orientando ações que atendam às necessidades específicas dos alunos.

“A educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento educacional especializado, a partir da identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos.” (BRASIL, 2008, p. 15)

A literatura sobre educação inclusiva revela diferentes abordagens quanto à efetividade das políticas e práticas pedagógicas voltadas para crianças com deficiência intelectual. Mantoan (2006) argumenta que a inclusão escolar demanda não apenas mudanças estruturais, mas uma profunda transformação cultural nas escolas, destacando que o respeito às diferenças deve ser um compromisso coletivo e permanente.

“Inclusão, no contexto da deficiência intelectual, significa não apenas acesso ao ensino, mas matrículas, participação significativa no cotidiano escolar, nas reuniões, nos recursos, modelos e avaliações compatíveis com seus estilos e ritmos de aprendizagem.” (RODRIGUES, 2013, p. 52).

Por outro lado, Rodrigues (2013) enfatiza que a inclusão vai além do acesso físico à escola, exigindo participação significativa dos alunos em todas as dimensões do cotidiano escolar, o que implica adaptações curriculares e metodologias compatíveis com os estilos de aprendizagem desses estudantes.

Ao comparar essas perspectivas, observa-se que, enquanto Mantoan foca na necessidade de superar práticas excludentes por meio de uma mudança cultural,

Rodrigues traz à tona o desafio de operacionalizar essa inclusão no dia a dia escolar, apontando para a insuficiência de formação dos profissionais e para a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis.

Essa análise crítica evidencia que, apesar dos avanços normativos, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), persistem obstáculos práticos que dificultam a efetivação da inclusão, especialmente no que diz respeito à articulação entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala regular.

Glat e Pletsch (2012) reforçam essa discussão ao destacar que a acessibilidade pedagógica e curricular é um dos pilares da escola inclusiva, exigindo adaptações contínuas e personalizadas. No entanto, a literatura aponta que tais adaptações nem sempre são implementadas de forma eficaz, devido à falta de recursos e à resistência de parte da comunidade escolar.

Assim, a análise comparativa dos autores revela que a inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual é um processo complexo, que depende tanto de políticas públicas consistentes quanto do engajamento dos profissionais e da comunidade escolar na construção de práticas verdadeiramente inclusivas. Mantoan (2006) complementa:

“A inclusão de crianças com deficiência intelectual demanda mudanças estruturais e culturais na escola, bem como um compromisso coletivo de respeito às diferenças e a superação de práticas excludentes.” (MANTOAN, 2006, p. 32)

Nesse sentido, algumas estratégias pedagógicas recomendadas incluem o uso de tecnologias assistivas (como softwares de apoio à comunicação, materiais concretos e placas adaptadas); metodologias ativas e colaborativas (como oficinas e dinâmicas em grupo que estimulem o protagonismo estudantil); elaboração de Planos de Atendimento Educacional Individualizado (PEI); avaliação contínua e personalizada; e parceria com as famílias.

Essas estratégias não devem ser compreendidas como ações isoladas, mas como parte de um processo contínuo de reflexão e adaptação. A efetividade do AEE depende da capacidade da escola de integrar essas práticas ao cotidiano escolar,

promovendo uma cultura de colaboração entre professores, famílias e gestores. Assim, o AEE deixa de ser um serviço paralelo e passa a atuar como elemento estruturante da inclusão.

## **2.2 O papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

No contexto da inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como uma estratégia de apoio individualizado, voltado para o desenvolvimento global do aluno e sua plena participação no processo educativo.

Segundo Bueno (2011), “o sucesso da inclusão depende da articulação entre o ensino regular e o AEE, especialmente no caso da deficiência intelectual, em que a colaboração entre profissionais é decisiva para garantir a permanência e o progresso escolar dos alunos.” (BUENO, 2011, p. 45)

Silva, Oliveira e Souza (2024) afirmam:

A implementação do Atendimento Educacional Especializado no Brasil apresenta avanços normativos, mas ainda enfrenta desafios significativos relacionados à formação continuada dos professores, à escassez de recursos pedagógicos e à falta de articulação entre políticas públicas e práticas escolares. (SILVA; OLIVEIRA; SOUZA, 2024, p. 50)

Rodrigues (2013) destaca que o AEE deve atuar como mediador entre as especificidades dos alunos com deficiência intelectual e as práticas da sala comum, promovendo adaptações curriculares e recursos de acessibilidade que eliminem barreiras à aprendizagem, garantindo a participação significativa dos alunos, respeitando seus estilos e ritmos de aprendizagem e promovendo práticas pedagógicas compatíveis com suas necessidades (RODRIGUES, 2013). Souza e Pereira (2025) apontam que:

Muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para integrar o AEE ao projeto pedagógico, seja por resistência cultural, seja por limitações estruturais e falta de apoio institucional. (SOUZA; PEREIRA, 2025, p. 123)

Nesse processo, o professor do AEE desempenha uma função essencial como mediador pedagógico, promovendo interações significativas que favorecem o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais verdadeiramente inclusivas. Como afirma Vygotsky (1998, p. 96),

“O aprendizado desperta uma série de processos internos de desenvolvimento que são capazes de operar apenas quando o indivíduo interage com os outros em seu ambiente e em cooperação com os colegas. (VYGOTSKY, 1998, p. 96).

A análise comparativa entre autores clássicos e produções atuais revela que, embora haja consenso sobre a importância do AEE, persistem divergências quanto à sua operacionalização.

Enquanto alguns autores defendem a centralidade do AEE como mediador pedagógico e promotor da autonomia dos estudantes (BUENO, 2011; RODRIGUES, 2013), outros alertam para o risco de o serviço se tornar meramente compensatório, caso não haja uma efetiva articulação com a sala regular e com as políticas de formação docente (SILVA; OLIVEIRA; SOUZA, 2024; SOUZA; PEREIRA, 2025). Boff e Machado (2024) reforçam que:

A efetividade do AEE está condicionada à adoção de estratégias colaborativas, à valorização do Plano Educacional Individualizado (PEI) e ao envolvimento ativo das famílias e da comunidade escolar. (BOFF; MACHADO, 2024, p. 10)

Assim, a literatura aponta que o AEE, para além de um serviço complementar, deve ser compreendido como elemento estruturante de uma escola verdadeiramente inclusiva, exigindo compromisso ético, formação continuada e políticas públicas integradas (SILVA; OLIVEIRA; SOUZA, 2024; SOUZA; PEREIRA, 2025).

### **2.3 Estratégias Pedagógicas Inclusivas no AEE**

O sucesso do Atendimento Educacional Especializado (AEE) depende da adoção de estratégias pedagógicas planejadas e adaptadas às particularidades de cada criança com deficiência intelectual.

Essas estratégias devem estar alinhadas ao projeto pedagógico da escola e ser desenvolvidas de forma colaborativa entre os profissionais da sala regular e os professores do AEE, como destaca Bueno (2011), ao enfatizar que essa articulação é essencial para garantir a permanência e o progresso escolar dos alunos.

Kassar (2014) salienta que metodologias acessíveis, como o uso de tecnologias assistivas, jogos e recursos visuais, ampliam as possibilidades de aprendizagem e favorecem o desenvolvimento global dos estudantes.

Rodrigues (2013) observa que práticas pedagógicas flexíveis e centradas na singularidade dos alunos são indispensáveis à inclusão efetiva. Glat e Pletsch (2012) complementam ao destacar que a formação continuada prepara os educadores para lidar com os desafios cotidianos e ampliar as possibilidades educacionais.

Baseados nos autores citados, cujas obras são reconhecidas na área do atendimento educacional especializado, a tabela 2 apresenta algumas estratégias pedagógicas recomendadas:

Tabela 1: Estratégias Pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

<b><i>Estratégia Pedagógica</i></b>	<b><i>Descrição</i></b>	<b><i>Fonte/Autor</i></b>
<b>Tecnologias assistivas</b>	Softwares de apoio à comunicação, materiais concretos e placas adaptadas	KASSAR (2014)
<b>Metodologias ativas e colaborativas</b>	Oficinas, dinâmicas em grupo e atividades que estimulem o protagonismo estudantil	RODRIGUES (2013)
<b>Plano de Atendimento Educacional Individualizado (PEI)</b>	Ferramenta essencial para orientar ações pedagógicas personalizadas	BRASIL (2008)
<b>Avaliação contínua e personalizada</b>	Monitoramento regular do progresso dos alunos, permitindo ajustes nas estratégias	GLAT & PLETSCH (2012)
<b>Parceria com as famílias</b>	Envolvimento ativo da família fortalece os vínculos sociais e garante continuidade do aprendizado	BOFF & MACHADO (2024)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores citados.

Essas estratégias, fundamentadas em autores reconhecidos na área da educação inclusiva, contribuem para consolidar uma prática pedagógica mais equitativa e humanizada. Ao integrar os desafios do ensino diferenciado, o AEE promove o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando suas singularidades e fortalecendo os vínculos entre escola, família e comunidade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo analisou o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual, articulando fundamentos teóricos clássicos e recentes para compreender os avanços e desafios dessa modalidade. A síntese analítica evidencia que, embora haja avanços normativos e maior reconhecimento dos direitos dos estudantes com deficiência, persistem barreiras práticas relacionadas à formação continuada dos profissionais, à articulação entre sala regular e AEE, e à superação de obstáculos estruturais e culturais.

Como contribuição teórica, o artigo reforça a importância da mediação pedagógica, destacada por Rodrigues (2013), da colaboração entre profissionais, conforme Bueno (2011), e da valorização dos estilos e ritmos de aprendizagem, fundamentada em Vygotsky (1998). A literatura recente, como Silva, Oliveira e Souza (2024), e Boff e Machado (2024), amplia essa discussão ao apontar a necessidade de estratégias colaborativas, do Plano Educacional Individualizado (PEI) e do envolvimento ativo das famílias para consolidar práticas inclusivas.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o caráter bibliográfico, que restringe a análise à produção científica disponível e pode não contemplar todas as realidades regionais e institucionais. Além disso, a constante atualização das políticas educacionais inclusivas exige revisões periódicas e acompanhamento das mudanças legislativas e práticas.

Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre o impacto em diferentes etapas da educação básica, considerando a percepção dos próprios alunos, suas famílias e os profissionais envolvidos no processo de inclusão.

Estudos empíricos que explorem experiências concretas de escolas inclusivas e avaliem a efetividade das estratégias pedagógicas podem contribuir para o aprimoramento das práticas e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação especial.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. **Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão a partir do direito de todos à educação**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 40, e85133, 2024.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Índice de Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. Tradução de Cláudia Pereira. Brasília: UNESCO, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 2 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/governo-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial-inclusiva>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: INEP, 2024.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as diretrizes para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

FASSER, C. **Tecnologias assistivas na educação inclusiva: possibilidades e desafios.** Curitiba: CRV, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Débora. **A formação de professores para a inclusão escolar: práticas colaborativas e saberes compartilhados.** Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 28, n. 52, p. 557–568, 2015.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

KASSAR, Mônica Cristina Munaretto. **Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas.** Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 50, p. 463–476, 2014.

KASSAR, Mônica Cristina Munaretto. **Educação inclusiva: diferenças, preconceito e práticas pedagógicas.** Campinas: Autores Associados, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, Enicé Gonçalves. **Práticas pedagógicas inclusivas e formação docente.** In: **MOLINA, Maria Cristina; NUNES, Dorgival Caetano (org.).** Educação inclusiva: pesquisas, práticas e políticas. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 45–62.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).** Brasília, DF: CONIF, 2024.

RODRIGUES, David. **Educação inclusiva: com os olhos do coração.** São Paulo: Vozes, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.